

**SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO
VENTURE CAPITAL IT 2006**

*Jaime Andrez
Presidente do CD do IAPMEI*

10 de Maio de 2006

Minhas Senhoras e meus Senhores,

1. Em nome do Senhor Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, que aqui tenho a honra de representar, quero, em primeiro lugar, agradecer o convite para encerrar este Congresso Internacional sobre as questões do Financiamento da Inovação e do Empreendedorismo, cuja realização não poderia acontecer em momento mais oportuno.

Gostaria, nesta oportunidade, de felicitar a Gesventure, pela realização do 6º Venture Capital IT, iniciativa que hoje já integra as Agendas dos principais operadores do mercado financeiro e dos empreendedores, face à relevância e oportunidade dos

temas usualmente seleccionados, como aliás o comprova a qualidade do auditório reunido nesta sala.

2. A Inovação constitui dos factores essenciais de qualquer estratégia de desenvolvimento – das empresas ou do país – em virtude da sua capacidade de produzir diferenças competitivas e acrescentar valor económico a processos e produtos, melhorando assim a produtividade.

É neste contexto que o Programa do Governo – inspirado nas prioridades políticas do Plano Tecnológico – atribui à Inovação um papel central na promoção do crescimento sustentado e sustentável da economia portuguesa, enquanto factor chave da competitividade das empresas nacionais, em particular das PME.

Inovação não apenas no domínio tecnológico, mas também inovação de processos, de produtos e de serviços, de formas de organização, de gestão e de comunicação, que permitam conferir valor económico ao conhecimento, potenciando o valor acrescentado dos bens e serviços para, desta forma, melhorar a produtividade e qualificar a oferta portuguesa, tornando-a mais competitiva nos mercados internacionais.

Neste contexto, será ainda necessário estimular e alimentar uma dinâmica de empreendedorismo e de criação de empresas, sobretudo as de base tecnológica, capaz de rejuvenescer a estrutura empresarial e qualificar o crescimento da economia, valorizando economicamente o conhecimento.

Esta dinâmica impõe outra dinâmica, a de investimento. Investimento que tem de ser financiado de forma adequada, no que respeita à sua estrutura e no que releva ao seu custo.

Por isso, é uma prioridade absoluta da política económica dotar as empresas com melhores condições competitivas ao nível do financiamento, criando um ambiente estimulante ao empreendedorismo e à eficiência empresarial.

3. Estamos conscientes de que, ao nível do financiamento, as PME apresentam ainda, na sua grande maioria, dificuldades na definição de um modelo financeiro diversificado face às formas mais tradicionais de crédito, revelando uma excessiva dependência do sistema bancário que, muitas vezes agravado por problemas de assimetria de informação, penaliza as empresas nas condições de concessão dos financiamentos, constituindo um significativo factor de bloqueio à melhoria da capacidade competitiva das empresas e ao seu crescimento, colocando, por vezes, em risco a sua própria sobrevivência.

Ao IAPMEI, enquanto agência pública de promoção da actividade das PME, tutelada pelo Ministério da Economia e da Inovação, compete a responsabilidade institucional de contribuir – ao lado de parceiros do sistema financeiro e do sistema científico e tecnológico – para a criação das condições que facilitem e apoiem empreendedores e empresários que concorram para o objectivo estratégico de transformar conhecimento em ideias de

negócio, de criar, de crescer, de inovar, de internacionalizar e de criar empregos.

Em concreto, intervém o IAPMEI, em complemento dos sistemas de incentivos, no alargamento e diversificação das soluções de financiamento ao dispor das empresas ao nível do capital de risco, da garantia mútua e da titularização de créditos.

No capital de risco, o IAPMEI reforçou a sua posição, enquanto principal financiador público do sector, para fomentar a orientação dos recursos disponíveis no mercado para a concretização de operações nas PME. Até ao final do ano transacto, e no âmbito do PRIME, foram financiados € 64 milhões de investimento directo em Fundos de Capital de Risco e apoiados, através do Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI, investimentos na ordem de € 136 milhões, ou seja, um valor global de quase € 200 milhões correspondente a cerca de uma centena de intervenções de capital de risco em PME.

Ao nível da garantia mútua, o IAPMEI apoiou o financiamento do sistema com mais € 43 milhões, assegurando a prestação de mais de 2.500 garantias às PME, no valor global de € 213 milhões, suportando o acesso das empresas a um *stock* de financiamento superior a € 445 milhões.

Também, ao nível da titularização de créditos, o IAPMEI interveio na operação piloto, conjuntamente com o BPI, o Fundo Europeu de Investimento, o Banco Europeu de Investimento e o KfW, que proporcionou a titularização de € 500 milhões de créditos de PME.

Ou seja, no conjunto destes três instrumentos o IAPMEI promoveu a angariação de cerca de € 700 milhões para as PME.

4. Ao se privilegiarem instrumentos que visam exercer simultaneamente uma função pedagógica sobre a gestão das empresas e uma acção estruturante ao nível das soluções que constituem as suas tradicionais opções de financiamento, estabelecem-se ao nível da procura, as bases de um modelo genuíno de articulação entre o sistema financeiro e o sistema produtivo.

Paralelamente, é suscitado o envolvimento da generalidade das entidades do sistema financeiro, no sentido de alargar progressivamente a oferta de instrumentos alternativos ao crédito bancário, actuando-se sobre um dos problemas clássicos do modelo de financiamento da economia.

É nesta perspectiva de procura de soluções integradas, complementares e potenciadoras do desenvolvimento económico sustentado e qualificado, que se enquadra o INOFIN – Programa Quadro da Inovação Financeira para as PME – cujo objectivo principal é o de proporcionar às empresas uma efectiva vantagem no acesso ao financiamento, contribuindo para a qualidade e sustentabilidade dos projectos empresariais.

Pretende-se, efectivamente, desenvolver um novo modelo de financiamento das empresas assente na afectação da Poupança ao Investimento, com vista a reforçar a base financeira nos domínios do empreendedorismo, da inovação e da

competitividade.

Como prioridades de intervenção estão, naturalmente:

- A actuação nos mercados incompletos, quer ao nível da dívida, quer ao nível do capital, reduzindo o risco e os custos de transação;
- A valorização de iniciativas empresariais que concorram para os objectivos da Agenda de Lisboa de estímulo à procura e à oferta de inovação; e
- A promoção de dinâmicas de potenciação da escala e da eficiência inovadora e organizacional das empresas,

numa lógica de intervenção dirigida às diversas fases do ciclo de vida do empreendedor e das empresas.

Efectivamente, em complemento dos sistemas de incentivos directos às PME previstos no âmbito do PRIME – que queremos sejam cada vez mais entendidos como uma das componentes da estratégia de financiamento, ao lado de outras disponíveis no mercado – encontram-se perspectivadas intervenções directas no domínio da inovação financeira.

Com esta lógica, queremos contribuir para que, num número cada vez mais significativo de empresas, a estratégia de financiamento passe a consubstanciar um processo de selecção e implementação de soluções mais sofisticadas, em presença da realidade do negócio e do contexto financeiro ditado pelo mercado.

5. Para tal, o Programa INOFIN visa a diversificação das fontes de financiamento das PME, essencialmente com recurso simultâneo ao capital de risco e à garantia mútua, privilegiando quer as fases de arranque da actividade empresarial, quer as de crescimento rápido, inovador e perseguidor de estratégias de internacionalização.

A primeira iniciativa no âmbito do INOFIN é o Programa FINICIA, para “financiar quem inicia a actividade empresarial”, isto é, a fase de criação e arranque de empresas. Pretende-se, aqui, financiar o empreendedorismo qualificado.

A montagem do FINICIA está a ser concretizada na base de plataformas de parceria com as instituições do Sistema Científico e Tecnológico e agentes de desenvolvimento local, capazes, numa primeira fase, de identificar e escrutinar ideias e empreendedores e, numa fase subsequente, acompanhar e fazer o *coaching* que garantirá lógicas de financiamento sustentadas nas competências tecnológicas e de gestão necessárias.

Serão utilizados os instrumentos públicos associados ao Fundo de Sindicação do Capital de Risco e ao Fundo de Contragarantia Mútua para se potenciar o capital de risco informal, alavancando-o com capital de risco formal privado, ao lado das intervenções das Sociedades de Capital de Risco (SCR) participadas do IAPMEI, bem como as Sociedades de Garantia Mútua (SGM).

6. Assim, e em concreto, o IAPMEI tem como prioridades no domínio da política de facilitação de acesso das PME ao financiamento, por parte do INOFIN, as seguintes:

- Criação de produtos completos, e por isso híbridos, de capital e dívida, conhecidos por *mezzanine*;
- Aposta na consolidação do Sistema Nacional de Garantia Mútua, nomeadamente através do reforço da sua rede de distribuição, para além de baixar o nível e dimensão das operações;
- Reforço dos fundos destinados ao financiamento de “capital semente” (seed capital) e “capital de arranque e crescimento” (early stage), e articulação destes sistemas com os sistemas de incentivos;
- Apoio a operações de securitização de créditos de PME, incrementando significativamente a capacidade instalada do sistema financeiro nacional na concessão de novo crédito às PME; e,
- Desenvolvimento de instrumentos de credibilização de demonstrações financeiras e de qualificação do risco, preparando as empresas para o desafio que será Basileia II, articuladamente com o relançamento de um novo formato da PME Excelência, que potencie, ao lado de critérios de *rating* próprios dos diversos bancos, critérios comuns de medição da performance de crescimento qualificado associado à inovação e internacionalização.

7. As iniciativas em curso convergem, como já se disse, com as linhas orientadoras do Plano Tecnológico, ao procurar contribuir para minorar o problema da falta de competitividade nacional, utilizando os seus três pilares de intervenção:

- O conhecimento, procurando a sua valorização e, por isso, a sua utilização económica;
- A tecnologia, qualificando o crescimento através de processos de transferência tecnológica para as empresas, não só a nível dos processos, mas também dos produtos e das técnicas de gestão;
- A inovação, facilitando as estratégias empresariais de criação de novos produtos e novas fórmulas de negócio, de conquista de novos mercados, de exploração de novos canais de distribuição e de gestão da imagem das empresas e dos seus produtos.

Como se disse relativamente ao FINICIA, privilegia-se, nesta estratégia, o funcionamento em parceria que, trabalhando em rede, cultive sinergias e evite redundâncias, como forma de potenciar a eficiência de um sistema que se pretende mobilizador da inovação e do espírito empreendedor.

Estas parcerias estratégicas, cada vez mais activas e envolvendo um vasto leque de entidades públicas e privadas, procuram estimular a cooperação inter-institucional, inter-empresarial e a ligação da Universidade à empresa.

8. Admite-se, assim, a existência de vantagens na adopção de uma abordagem sistémica, estruturante e facilitadora do relacionamento entre todos os actores envolvidos, numa lógica de indução de complementaridade das intervenções mais ou menos dispersas promovidas no quadro da envolvente empresarial.

Não é mais possível promover empreendedorismo, inovação e financiamento sem ser de forma integrada. Esta é a nova abordagem para apoiar as PME.

Este é o caminho que permitirá partilhar experiências e saberes, potenciando a diversidade das valências específicas dos parceiros, numa complementaridade de acção e numa lógica de soma positiva, com menos recursos e mais eficácia colectiva.

Esta é a lógica de uma estratégia de financiamento que serve, simultaneamente, estratégias empresariais e objectivos de política pública, e que deve contribuir para estancar o desperdício de ideias, de projectos de negócio e de empreendedores em Portugal, venham de que sistemas vierem.

Muito Obrigado pela Vossa atenção.